

Jornal 30 de Agosto

Edição Pedagógica

Jornal da APP-Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Paraná



9ª Conferência Estadual de Educação da APP



A ESCOLA É PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, CRÍTICA E EMANCIPADORA



Ano XXXVI
Edição Especial
JULHO 2026

Acesse esta edição
pelo seu celular:



EDITORIAL

A ESCOLA É PÚBLICA, DEMOCRÁTICA, CRÍTICA E EMANCIPADORA

Vivemos tempos de ataque à democracia, à educação pública e aos direitos de trabalhadoras(es). Nossa tarefa histórica é combater esses ataques e explicitar que a escola pública é o território em que se confrontam projetos distintos de sociedade, de humanidade e de futuro.

Apresentação do Caderno de Debates da 9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato

A 9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato, realizada entre os dias 10 e 12 de julho de 2026 em Pinhais, reafirmou que **a educação é pública, democrática, crítica e emancipadora**. O evento reuniu oitocentas(os) representantes das(os) trabalhadoras(es) da educação do Paraná. Foi um espaço de resistência e formulação de propostas. Refletiu-se coletivamente sobre a situação da educação e reiterou-se a contrariedade a todas as formas de precarização e mercantilização.

Ao recuperar quase 80 anos de trajetória da APP-Sindicato, expressou-se o compromisso com a organização sindical como instrumento permanente de defesa da escola pública, da democracia, dos direitos sociais e da emancipação humana. Nesse sentido, a defesa da escola pública é indissociável da luta por justiça social, bem como a necessidade de uma gestão escolar verdadeiramente democrática, com participação ativa da comunidade escolar nas decisões políticas, pedagógicas e financeiras.

A valorização profissional é condição inegociável para a escola emancipadora. Não se constrói qualidade sem carreiras atrativas, cumprimento do piso salarial do magistério e regulamentação do piso para agentes educacionais. O currículo deve ser crítico, fundamentado na Pedagogia Histórico-Crítica, e comprometido com a superação de todas as formas de discriminação, com o reconhecimento da diversidade, enfrentando as violências e formando para a emancipação e a humanização.

No âmbito da política educacional mais ampla, a conferência sublinha o momento decisivo de construção do novo Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais, defendendo que sejam fruto de ampla e efetiva participação social. Esses planos devem se constituir como pacto democrático por uma educação pública.

Ratinho Jr. e Roni Miranda atuam de forma autoritária, impondo programas intervencionistas que priorizam controle e hierarquia. A proliferação de escolas cívico-militares no Paraná é denunciada como ilusão perversa que camufla a violência, promovendo exclusão nas comunidades periféricas. Programas como o Parceiro da Escola, Mais Escolas Paraná, a plataforma e a terceirização das(os) funcionárias(os), entre outras formas de privatização, aprofundam a mercantilização. O uso de metas e índices punitivos compõe um mesmo projeto que reduz a educação a uma mercadoria. Trata-se de um projeto político-educacional que opera em favor do desmonte do Estado e da privatização dos serviços públicos. É preciso um basta!

Foto: Gelinton Cruz / APP-Sindicato



Diante deste cenário e do momento decisivo das eleições, a Carta Compromisso aprovada por todas(os) as(os) participantes da Conferência orienta a categoria e a sociedade a apoiar candidaturas à presidência, ao governo estadual, ao Senado e aos legislativos que tenham compromissos reais com a classe trabalhadora, a escola pública e o projeto de Brasil e de Paraná do campo democrático-popular, rejeitando as candidaturas de continuidade do atual projeto educacional no Paraná e as alternativas judicial-populistas e punitivistas.

A defesa desse projeto de educação também exige cultivar a esperança organizada, capaz de transformar a resistência cotidiana em horizonte político. É a organização coletiva que insiste em reamanhecer esperanças nas escolas e nas comunidades. É essa esperança tecida na luta cotidiana da APP-Sindicato que as páginas desta edição pedagógica levam como convite e convocação à categoria e à sociedade para seguir transformando o presente conflitivo em terreno fértil de novos horizontes.

EXPEDIENTE

APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná - Filial à CUT e à CNTE. Av. Iguaçu, 880, Rebouças, Curitiba / PR - CEP 80.230-020 - Tel.: (41) 2170-2500.

Gestão APP Sempre Na Luta – Em Defesa da Escola Pública (2025 a 2029): Walkiria Olegário Mazeto [Presidenta], Natália dos Santos Silva [Secretária Geral], Élio da Silva [Secretário de Finanças], Margleise Adriana dos Santos [Secretária de Administração e Patrimônio], Elisa Maria Neiva de Lima Muller [Secretária de Aposentados(as)], Celso José dos Santos [Secretário de Assuntos Municipais], Antônio Marcos Rodrigues Gonçalves [Secretário Executivo de Assuntos Municipais], Aparecida Reis Barbosa [Secretária Educacional], Vandrê Alexandre Benedito da Silva [Secretário Executivo Educacional], Sidineiva Gonçalves de Lima [Secretária de Organização], Nilton Aparecido Stein [Secretário de Formação Política Sindical e Cultural], Cleiton Costa Denez [Secretário Executivo de Formação Política Sindical e Cultural], Daniel Popilnicki [Secretário de Comunicação], Cláudia Gruber [Secretária Executiva de Comunicação], Daniel Nascimento Matoso [Secretário de Sindicalizados(as)], Marlei Fernandes de Carvalho [Secretária de Assuntos Jurídicos], Simone Barbosa [Secretária de Política Sindical], Jussara Aparecida Ribeiro [Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos], Nádia Aparecida Brixner [Secretária de Funcionários(as)], Tatiana Nanci da Maia [Secretária da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Clodoaldo Beraldo Antunes [Secretário Executivo da Mulher Trabalhadora e dos Direitos LGBTI+], Celina do Carmo da Silva Wotcoski [Secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo], Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos [Secretária de Saúde e Previdência], Márcio André Ribeiro [Secretário Executivo de Saúde e Previdência]. **Organização:** Secretaria Educacional | **Diagramação:** Rodrigo A. Romani (DRT 7756-PR) | **Ilustração da capa:** Lucas Depka | **Impressão:** WL Impressões | **Tiragem:** 40.000 exemplares.

Carta Manifesto e Compromisso da 9ª Conferência Estadual da APP-Sindicato



"Todas as manhãs junto ao nascente dia, ouço a minha voz-banzo, âncora dos navios de nossa memória. E acredito, acredito sim que os nossos sonhos protegidos pelos lençóis da noite ao se abrirem um a um no varal de um novo tempo, escorrem as nossas lágrimas fertilizando toda a terra onde negras sementes resistem reamanhecendo esperanças em nós."

Conceição Evaristo

"O futuro é algo que jamais existiu antes. E quando o número de possibilidades concretas aumenta, os futuros possíveis são mais numerosos e ficam mais perto de nós, porque o presente conflitivo é um terreno fértil."

Milton Santos (1926–2001)

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Centenas de educadores(as) aprovaram as emendas que integrarão a carta-compromisso que será entregue a candidatos ao Executivo e Legislativo

O ano é 2026. A cidade é Pinhais. Oitocentas educadoras e educadores representantes das(os) trabalhadoras(es) da educação pública do Paraná, reuniram-se na 9ª Conferência Estadual de Educação para afirmar: a educação é pública, democrática, crítica e emancipadora. O tema da Conferência nos revela a lógica e a dinâmica que fundamentam a educação como construção social, orientando o trabalho educativo para a humanização plena e emancipada. O verbo "ser" no indicativo não é uma mera ilusão retórica, mas o reconhecimento do sentido histórico da educação como direito social e, ao mesmo tempo, a afirmação de um projeto político em disputa contra sua

mercantilização. Trata-se de uma recusa radical em aceitar a lógica privatista como pronta e dada. A afirmação desse projeto alimenta a organização coletiva e fortalece a práxis transformadora.

Quando Milton Santos, cujo centenário de nascimento comemoramos este ano, nos diz que o futuro é algo que jamais existiu antes, não nos oferece uma obviedade. Se o futuro ainda não existe, ele não pode ser esperado como destino nem recebido como herança. Ele precisa ser construído. Milton Santos nos convoca a reconhecer que esse futuro ainda não escrito depende das lutas que travamos hoje e, sobretudo, da capacidade de nos reconhecermos co-

mo sujeitas e sujeitos coletivos, agentes históricos capazes de transformar a materialidade da nossa existência.

Mas o futuro não se constrói no vazio. É necessário resgatar os compromissos não cumpridos do passado e reconhecer os silenciamentos. A história não é um progresso linear e inevitável; ela é um campo de tensões e de luta de classes, onde repousa a possibilidade de redenção daquelas e daqueles que lutaram e foram vencidas(os).

Nestes quase 80 anos de APP-Sindicato, reafirmou-se na Conferência o compromisso com essa história, construída por gerações de professoras(es) e funcionárias(os) da educação pública. É um comprometi-

mento inalienável com a organização coletiva, instrumento permanente de defesa da escola pública, da democracia, dos direitos sociais e da emancipação humana.

Milton Santos nos ensinou a olhar para o território a partir de quem o habita. A Conferência olhou para a educação a partir de quem a constrói no cotidiano. Esta carta manifesta a síntese dos olhares, saberes e debates realizados e anuncia posições concretas para enfrentar à mercantilização da escola, o autoritarismo, as violências, a precarização do trabalho, a plataformização e as desigualdades estruturais que atravessam a educação brasileira e paranaense.

Vivemos tempos de intensos ataques à educação pública. Testemunhamos a implementação de reformas ultraliberais que impõem sobre a classe trabalhadora a austeridade fiscal, o congelamento dos investimentos sociais e a precarização profunda das relações de trabalho. Enfrentamos a terceirização, a privatização e a militarização das escolas, a perseguição ideológica, o assédio, o avanço do empresariamento da educação e a imposição de lógicas gerenciais que reduzem a aprendizagem a índices e a gestão escolar ao mero cumprimento de metas. Esse conjunto de medidas não é acidental: expressa um projeto de classe que subordina a educação à lógica do capital, ao controle e à padronização, com o objetivo de retirar da escola pública sua dimensão política e emancipadora.

Compreendemos, portanto, que a escola não é um mero instrumento de reprodução de desigualdades ou um espaço neutro de transmissão de conteúdos. A escola é um território de disputa histórica onde a classe trabalhadora luta pela apropriação do conhecimento sistematizado, pela consciência crítica e pela hegemonia necessária à transformação social.

Reivindicamos uma escola onde a gestão democrática seja efetiva, com a participação ativa da comunidade escolar nas decisões políticas, pedagógicas e financeiras. Rejeitamos qualquer forma de privatização, terceirização e subordinação do currículo aos interesses do capital. Defendemos um currículo crítico, alicerçado na Pedagogia Histórico-Crítica, comprometido com a ciência, a cultura, as artes e a totalidade da experiência humana, um currículo que forme para compreender e transformar a realidade, e não para a ela se sujeitar ou se conformar.

A Conferência assumiu que a valorização das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação é condição estruturante da escola que defendemos. Não se constrói educação emancipadora sobre vínculos precários, salários rebaixados, terceirização, assédio institucional, adoecimento e perda de autonomia profissional. Por isso, defendemos concurso público, carreiras atrativas, cum-



Fátima Silva - Presidenta da CNTE

primento do piso do magistério, regulamentação do piso para funcionárias(os) da educação, formação inicial e continuada de qualidade, jornada compatível com o trabalho pedagógico, políticas permanentes de saúde laboral e aposentadoria digna. A política dos governos Ratinho Jr. e Roni Miranda negou às trabalhadoras e aos trabalhadores da educação melhorias em suas carreiras, relegando-as aos piores salários de todo o funcionalismo público. Isso não revela uma simples falta de prioridade, mas uma escolha política deliberada de um governo que opera a serviço do desmonte do Estado e da privatização dos serviços públicos.

Assumimos, também, a gestão democrática como princípio de uma educação que se pretenda emancipadora. A gestão da Secretaria de Estado da Educação (Seed) não é democrática; ela atua sob a lógica do controle, da hierarquia, do assédio e da imposição. Rejeitamos veementemente o modelo coercitivo de metas e índices, a exemplo do Programa de Acompanhamento Pedagógico, que é intervencionista e punitivista, operando de forma autoritária. Ao mesmo tempo em que atua sobre indicadores, o governo implanta o maior conjunto de escolas militarizadas do Brasil, promovendo a exclusão e a pedagogia dos quartéis. Trata-se da imposição de uma homogeneização das(os) sujeitas(os) e de violência simbólica sobre os corpos de meninas e meninos estudantes e das(os) trabalhadoras(es) da educação. É uma ilusão perversa pensar que a escola militarizada combate a violência; ela apenas a camufla, revelando um grave preconceito de raça e de classe, já que atinge prioritariamente as comunidades periféricas. A violência escolar se enfrenta com políticas sociais, equipes multiprofissionais, fortalecimento do vínculo comunitário e autonomia do projeto político-pedagógico.



Carlos Abicalil



Plenária das mulheres



Apresentação cultural

Essa defesa que fazemos é inseparável da luta por justiça social. A memória histórica da violência, da diáspora, do racismo e das opressões que atravessam a sociedade brasileira não pode estar dissociada do projeto educacional que construímos. Uma educação emancipadora só existe co-

Foto: Altvista / APP-Sindicato

Foto: Altvista / APP-Sindicato

Foto: Gelinton Cruz / APP-Sindicato

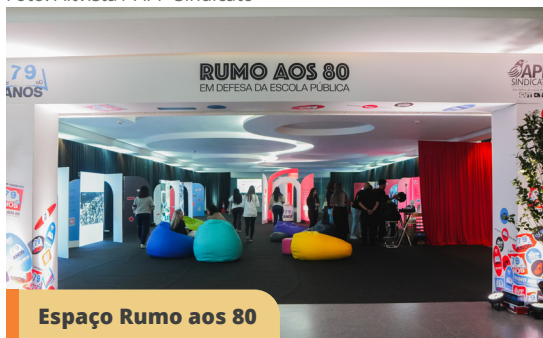
Foto: Altvista / APP-Sindicato

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Trabalhos em grupos

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Espaço Rumo aos 80

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Cápsula do Tempo

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Apresentação cultural

mo educação ativamente comprometida com a superação do machismo, da LGBT-QIA+fobia, do racismo, do capacitismo, do etarismo e de todas as formas de discriminação. Isso significa reconhecer a diversidade como princípio constitutivo da vida escolar, enfrentar as violências que per-

meiam a escola e defender um currículo que forme para a liberdade humana. Não há escola democrática onde persistem silenciamentos, exclusões e violências, assim como não há emancipação possível sem o reconhecimento pleno da dignidade de todas as pessoas.

Neste momento decisivo de construção do novo Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais, que se encontram em debate no estado do Paraná, alertamos para a necessidade de sua elaboração por meio de um amplo processo de participação social. Esse processo deve envolver, além da Seed e do Conselho Estadual de Educação, as comunidades escolares, as universidades, as entidades científicas, os movimentos sociais e as organizações representativas das(os) profissionais da educação. Seus fundamentos precisam ser os da educação como direito social e dever do Estado, articulada ao Sistema Nacional de Educação e às diretrizes do Plano Nacional de Educação.

Mais do que um instrumento de planejamento, o novo Plano Estadual de Educação deverá constituir-se como um pacto democrático em defesa da educação pública socialmente referenciada, associada a um projeto de desenvolvimento comprometido com a soberania, a justiça social e a emancipação humana. A qualidade socialmente referenciada está diretamente vinculada ao financiamento público robusto e garantido exclusivamente à escola pública, à gestão democrática, à valorização profissional, às condições de trabalho, à superação das desigualdades, à defesa da diversidade e da inclusão, à promoção socioambiental e ao compromisso com uma formação humana integral.

No Paraná, a defesa da escola pública exige enfrentar cotidianamente a privati-

zação e o autoritarismo. O avanço do programa "Parceiro da Escola" e "Mais Escolas Paraná", a transferência da gestão para organizações privadas, a desconsideração da vontade das comunidades escolares e a repressão às mobilizações revelam um projeto incompatível com a educação pública democrática. A resistência social expressa no movimento "Não venda a minha escola" demonstrou que a comunidade escolar reconhece a escola pública como patrimônio coletivo da classe trabalhadora e não aceita sua submissão à lógica empresarial.

Por fim, compreendendo que a luta sindical deságua necessariamente na disputa pelo poder político do Estado, a APP-Sindicato orienta a categoria e a sociedade paranaense a apoiar, nas eleições de 2026, candidaturas à presidência, ao governo do estado, ao senado e aos legislativos estadual e federal que assumam compromissos reais com a classe trabalhadora e com a escola pública. Desde já, rejeitamos candidaturas do campo fascista-reacionário, as de continuidade do atual projeto educacional em curso no Paraná e as do campo judicial-populista e punitivista. Afirmamos a urgência na construção e no fortalecimento de candidaturas do bloco progressista democrático.

Diante disso, apresentamos à sociedade e às candidaturas de 2026 um conjunto de defesas que deve orientar os compromissos públicos com a educação:

1. O cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional para professoras(es) e o estabelecimento de um piso nacional para funcionárias(os) nas redes estadual e municipais;
2. A reformulação do plano de carreira do magistério estadual e a adequação necessária ao plano de carreira das(os) funcionárias(os) de escola, bem como o estabelecimento de planos de carreiras atrativos nas redes municipais, a realização de concursos públicos e o fim das terceirizações de funcionárias(os) de escola;
3. A garantia de formação de qualidade aos profissionais da educação, valorizando o papel das universidades públicas e assegurando condições materiais para o aprimoramento constante da prática pedagógica;
4. Mais investimento na educação pública e exclusivamente para a educação pública, com financiamento protegido das amarras fiscais e com implementação efetiva;
5. A defesa do Sistema Nacional de Educação e da execução do Plano Nacional de Educação, com metas vinculadas a recursos, monitoramento e controle social, bem como

a construção e aprovação do Plano Estadual de Educação e dos Planos Municipais a partir de ampla participação social;

6. A garantia da gestão democrática nas redes e escolas, com conselhos fortalecidos, participação social, eleição direta para direções em todas as escolas e o fim do modelo intervencionista da Seed sobre as APMFs e da política de gestão baseada no controle de variáveis e metas;
7. A revogação e o combate a todas as formas de privatização, como as parcerias com fundações empresariais, o programa "Parceiro da Escola", o "Mais Escolas Paraná", e o repasse de recursos via vouchers educacionais nas gestões municipais, reafirmando a defesa incondicional da administração pública direta da educação;
8. O fim do programa de militarização de escolas e de outros modelos autoritários, com a restauração da gestão democrática e pública destas instituições, reafirmando a convivência democrática, a mediação pedagógica e a cultura de paz;
9. O estabelecimento de políticas permanentes de saúde e prevenção do adoecimento, com o fim da intensificação do trabalho pedagógico, da coerção e do assédio institucional, garantindo condições decentes e dignas nas escolas;
10. A defesa de um currículo crítico e emancipador, científico e cultural, com base na Pedagogia Histórico-Crítica, exigindo a revogação das reformas fragmentadoras e a garantia da pluralidade de pensamento, rejeitando frontalmente projetos como o homeschooling e o "Escola sem Partido";
11. Retomada de uma matriz que contemple todos os componentes curriculares, principalmente a área de humanas;
12. Cumprimento de 1/3 de hora atividades a todos(as) professoras(es) e extensivo as redes municipais;
13. O compromisso intransigente com o combate ao feminicídio, ao racismo, à LGBTIfobia e às violências de classe, defendendo os direitos das mulheres, das populações negra e indígena, dos povos do campo e das florestas, das pessoas idosas e com deficiência, sempre na busca da superação das desigualdades sociais e educacionais.
14. O fim do modelo punitivo que traz sérios prejuízos à carreira das(os)

Foto: Altvista / APP-Sindicato



Foto: Altvista / APP-Sindicato



professoras(es), afetando a classificação na distribuição de aulas, a formação continuada e demais direitos da carreira dos QPM e PSS;

As negras sementes resistem e reamanhecem esperanças em nós.

Que as sementes lançadas por nossa organização coletiva façam reamanhecer esperanças concretas nas escolas, nas comunidades e na vida da classe trabalhadora. Não se trata de uma esperança ingênua ou passiva. É aquela esperança revolucionária de que nos fala István Mészáros: uma esperança que se enraíza na compreensão das contradições do presente, que reconhece os limites estruturais do sistema capitalista e que, por isso mesmo, alimenta a luta por uma humanização radical. Essa esperança não é um sentimento individual; é um com-

promisso coletivo, uma práxis que se constrói no dia a dia da luta sindical, nas salas de aula, nas comunidades.

Que o futuro que construiremos seja um futuro onde a escola pública seja de fato pública, onde as(os) trabalhadoras(es) da educação tenham suas vidas dignificadas, onde cada criança e cada jovem possa desenvolver plenamente suas potencialidades humanas. Que a memória das lutas passadas nos fortaleça para as lutas presentes e futuras. Que a 9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato seja um marco inesquecível nessa trajetória de construção coletiva de um futuro que jamais existiu antes, mas que é absolutamente necessário.

Curitiba, 12 de julho de 2026.

9ª Conferência Estadual de Educação da APP-Sindicato

7 de Agosto

Dia da(o) Funcionária(o) de Escola

Há décadas, as(os) funcionárias(os) de escola desenvolvem um trabalho imprescindível para a educação: acolher, orientar, cuidar da documentação, da biblioteca, dos laboratórios, da merenda, da limpeza e da infraestrutura da escola. Sem esse trabalho, não há escola pública.

Paulo Freire dizia que a aprendizagem ocorre em sala de aula, mas ela é ressignificada nos demais ambientes da escola, e quem faz essa interação são as funcionárias e os funcionários.

Após muita luta pela valorização dessas(es) educadoras(es), conquistamos o reconhecimento desta profissão em agosto de 2009, quando, na LDB, foi reconhecido que as funcionárias e os funcionários de escola são profissionais da Educação.

Ainda que 7 de agosto seja o Dia da(o) Funcionária(o) de Escola, o mês de agosto deve ser todo dedicado a essas(es) trabalhadoras(es) que fazem a educação acontecer.



Foto: Altvista / APP-Sindicato

Funcionárias(os) de escola

tecendo em todo o estado do Paraná, seja na rede estadual, seja nas redes municipais.

Por isso, convidamos a todas e todos a celebrarem o Dia das Funcionárias e Funcionários de Escola, no dia 7 de agosto.

“Reúna suas colegas, confraternize na escola, celebre seu dia. O governo não nos valorizou como merecemos, mas ele está acabando.

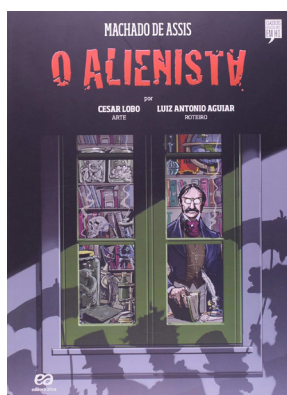
E nós ficamos e vamos continuar a realizar o trabalho que tanto gostamos de fazer e, com certeza, no próximo ano, com a nossa luta, teremos um governo que saberá reconhecer que nós, funcionárias e funcionários de escola, fazemos a educação acontecer.” (Nádia Brixner)

Pauta de Luta da APP-Sindicato

Segundo Semestre

1. Cumprimento da decisão judicial das 7 Horas-Atividades para a jornada de 20 horas.
2. Descongelamento de quinquênios e anuênios congelados durante a pandemia.
3. Liberação das licenças especiais.
4. Chamamento de novas(os) professoras(es) aprovadas(os) no último concurso público.
5. Realização de novo concurso público para professoras(es) e funcionárias(os).
6. Abertura de novas turmas do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE).
7. Revogação dos dispositivos punitivos relacionados aos afastamentos médicos, incluindo a Resolução do GTE.
8. Pela não punição na classificação de aulas e pela retomada dos critérios de distribuição de aulas, tendo o tempo de lotação como critério prioritário.
9. Não utilização de provas para a seleção de professoras(es) PSS.
10. Extinção do Programa de Acompanhamento Pedagógico.
11. Oferta obrigatória da disciplina de Língua Espanhola, em dias e horários compatíveis com a participação e permanência das(os) estudantes, já no segundo semestre.
12. Pelo não fechamento de escolas, turnos e turmas, com especial atenção às escolas do campo, à Educação de Jovens e Adultos (EJA), às salas de multimeios e ao ensino noturno, preservando o direito à educação das populações mais vulneráveis.

DICAS CULTURAIS

**O ALIENISTA EM QUADRINHOS**

Machado de Assis

Há certas obras que são tão boas — mas tão boas — que, ao serem adaptadas, ganham diversas versões. O *Alienista*, de Machado de Assis, é uma delas. O texto original, publicado em 1882 na coletânea *Papéis Avulsos*, conta a história do médico Simão Bacamarte, que funda um hospício — a Casa Verde — e passa a classificar as pessoas dentro de determinados padrões de normalidade. Entre a “sanidade” e a “loucura” de seus pacientes, surgem críticas sociais à opinião pública, ao oportunismo político e aos abusos institucionais. A HQ adapta e ilustra com maestria Machado de Assis em toda a sua essência irônica e sarcástica.

ASSIS, Machado de. **O Alienista em quadrinhos**. Adaptação: Luiz Antonio Aguiar. Arte: Cesar Lobo. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2013.

**ENSAIO SOBRE A LUCIDEZ**

José Saramago

Algumas pessoas dizem que é difícil ler Saramago, mas isso só acontece nas primeiras páginas. Depois que o leitor ativa o “modo Saramago de ler”, o fascínio é total. *Ensaio sobre a Lucidez* é uma deliciosa alegoria sobre o autoritarismo das instituições e a fragilidade das democracias. Em um país imaginário, situações inusitadas acontecem durante um processo eleitoral com mais de 80% de votos em branco, o que desencadeia ações absurdas por parte do governo contra os cidadãos. Ao tornar o país e os personagens anônimos, Saramago universaliza a obra, fazendo o leitor refletir sobre seu próprio tempo e espaço.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

**O AGENTE SECRETO**

Ano de lançamento: 2025

País: Brasil

Duração: 2h40

Gênero: Drama, policial

Direção e roteiro: Kleber Mendonça Filho

Elenco: Wagner Moura, Gabriel Leone,

Maria Fernanda Cândido, Tânia Maria

Melhor direção e melhor ator: Festival de Cannes

Sinopse: Recife, carnaval de 1977. Um professor universitário (Wagner Moura) chega à cidade fugindo da vida paranoica que levava em São Paulo. Pensando estar livre da vigilância e da repressão que sofria, ele começa a perceber que, ali, as coisas podem ser bem piores do que imaginava. O país, refém de uma ditadura militar, não é um lar em parte alguma; é sempre uma prisão.



**Quem defende
você é a APP**

sindicalize-se



WhatsApp
41 2170-2500
de segunda a sexta, das 8h às 17h

E-mail para denúncias
denuncias@app.com.br

**Fale conosco:
canais de atendimento
da APP-Sindicato**